

O bolchevismo como problema moral

O artigo "O bolchevismo como problema moral" foi publicado em dezembro de 1918 no órgão do Círculo Galileu, *Szabad Gondolat* (Livre Pensamento). Como se sabe, Lukács aderiu ao PC Húngaro poucos dias depois da aparição deste ensaio contra o bolchevismo. Alguns militantes do Partido ficaram impressionados com essa reviravolta e com a rapidez com que Bela Kun e a direção do PC Húngaro aceitaram o recém-chegado e entregaram responsabilidades importantes ao "antibolchevique" da véspera.¹

Algumas semanas mais tarde, Lukács, "convertido" ao bolchevismo, escreve *Tática e Ética*, que constitui sua resposta comunista a suas hesitações morais em *Szabad Gondolat*.

Como procuramos mostrar (Cap. I), "O bolchevismo como problema moral" constitui o último ponto do dualismo neo-kantiano em Lukács, da aposição rígida e sem compromissos entre o dever-ser e o ser. Trata-se de um escrito eminentemente "transitório", que recusa o bolchevismo na medida em que é atraído por sua "força fascinante", e que deve ser examinado sobretudo como etapa decisiva na evolução ideológica de Lukács, mesmo se ele procura elaborar uma concepção política coerente e autônoma.

É muito provável que as críticas de Lukács endereçadas ao bolchevismo tenham sido, direta ou indiretamente, inspiradas por Erving Szabo, que, em artigo publicado em junho de 1918, no *Szabad Gondolat*, preconizava o princípio ético absoluto segundo o qual "a lata por fins puros não podia tolerar meios impuros", e que manifestava a seus amigos mais íntimos reservas e temores a respeito da política do poder soviético. Essas críticas estavam também estreitamente ligadas à problemática ética do ensaio de Lukács sobre o idealismo progressista.

György Lukács*

Não pretendemos ocupar-nos aqui das possibilidades de realização prática do bolchevismo, nem das consequências úteis ou nocivas de seu eventual acesso ao poder. Independentemente do fato de que o autor destas linhas não se sente em absoluto competente para atacar esse gênero de problema, parece entretanto oportuno, a fim de poder colocar claramente a questão, fazer completa abstração da reflexão sobre as consequências práticas: a decisão é – como em toda questão importante – de natureza ética cuja clarificação imanente, justamente do ponto de vista da ação pura, é a tarefa atualmente primordial. De uma parte, este modo de pôr a questão se justifica pelo fato de que o argumento frequentemente mais empregado na discussão em torno do bolchevismo, a saber, se a situação econômica e política está suficientemente madura para sua realização imediata, nos coloca, *a priori*, diante a um problema insolúvel; a meu ver, não pode existir jamais uma situação que possamos reconhecê-la *com toda certeza e por antecipação: a vontade*, que se dá como objetivo a realização imediata a qualquer preço, é parte integrante da situação "madura" tanto quanto as condições objetivas. De outra parte, o reconhecimento do fato de que a vitória do bolchevismo poderia eventualmente destruir grandes valores culturais e civilizadores não pode jamais ser um contra-argumento decisivo para aqueles que o adotam por razões éticas ou histórico-filosóficas. Esses tomarão consciência desse fato, lamentando-o ou não, mas, percebendo seu caráter inevitável, nada mudarão – com razão – do objetivo fixado. Porque sabem que tal perturbação de valores de envergadura mundial não pode produzir-se sem o aniquilamento de antigos valores, e porque sua vontade, dirigida para a criação de valores novos, reconhece, em si mesma, forças suficientes para compensar largamente a humanidade futura da perda dos outros.

Pareceria que depois disso, e para um socialista sério, não poderia sequer haver problema ético, não restando dúvida quanto à decisão em favor do bolchevismo. Porque se a imaturidade das condições e o aniquilamento dos valores não contam como obstáculos essenciais, o problema, provavelmente, coloca-se assim: pode ser bom socialista aquele que, nesse momento, nos propõe mais uma vez refletir, aguardar seja lá o que form, em suma, quem nos fala de compromisso? E quando, diante disso, um não-bolchevique refere-se ao princípio da democracia – que a ditadura da minoria exclui por natureza e conscientemente –, os discípulos de Lenin, de acordo com uma das declarações de seu chefe, reagem retirando do nome do programa de seu partido inclusive o termo 'democracia', e ser declaram simplesmente comunistas. A possibilidade mesma de pôr o problema ético passa a depender da maneira pela qual se decide se a democracia faz parte tão-somente da tática do socialismo (como instrumento de combate para o período em que é minoritário, enquanto luta contra o terror organizado e ilegal das classes opressoras), ou se é parte integrante dele, de tal modo que seja impossível suprimi-la sem que antes sejam esclarecidas todas as suas consequências éticas e históricas. Porque, nesse último caso, para todo socialista consciente e responsável, a ruptura com o princípio da democracia seria um problema ético extremamente grave.

Raros foram os que tiveram discernimento suficiente para separar a filosofia da história de Marx de sua sociologia. Do mesmo modo, frequentemente não se percebeu que os dois pontos cardiais do sistema, a luta de classes e a ordem socialista, chamada a suprimir as classes e toda opressão, por mais estreita que seja sua interdependência, não são produtos do mesmo caminho conceitual. A primeira, uma constatação da sociologia marxiana que fez época, a saber, que a ordem social sempre existiu e que necessariamente tem uma força motriz, é dos princípios básicos mais importantes dos verdadeiros nexos que compõem a realidade histórica. A segunda é um postulado utópico na filosofia da história de Marx: um *programa ético* para um mundo novo a vir. (O hegelianismo de Marx, que tem uma tendência excessiva a colocar os diferentes elementos do real no mesmo plano, contribuiu para ocultar essa diferença.) Portanto, a luta de classe do proletariado, chamado a conduzir essa nova ordem social, enquanto luta de classes, não contém em si mesma a nova ordem. Do único fato da liberação do proletariado, suprimindo a opressão da classe capitalista, não decorre a destruição de toda opressão de classe, tanto quanto ela não decorria do resultado das lutas libertadoras e vitoriosas da classe burguesa. Sobre o plano da necessidade sociológica exclusivamente, isto significava apenas a mudança da estrutura de classe, a transformação do antigo oprimido em opressor. Para que isso não se reproduza, para que se chegue enfim à era da verdadeira liberdade sem opressores nem oprimidos, a vitória do proletariado é, claro uma condição prévia indispensável – porque ela permite a liberação da última classe oprimida –, mas ela não pode ser mais que uma condição prévia, um fato negativo. – Para que ela se realize essa era de liberdade é necessário, além da simples constatação dos fatos sociológicos e das leis dos quais não pode derivar), *querer* esse mundo novo: o mundo democrático. Entretanto, esta vontade – justamente por que não decorre de nenhuma verificação de fato sociológico – e um elemento essencial da óptica socialista, que não pode ser descartado sem o risco de derrocar todo o edifício. Porque é esta vontade que faz do proletariado o portador da redenção social da humanidade, a classe messias da história do mundo. E sem o *pathos* desse messianismo, a marcha triunfal sem paralelo da social-democracia teria sido inconcebível. E se Engels via no proletariado o herdeiro da filosofia clássica alemã, o fez com razão, porque desse modo se transformou finalmente em ação o idealismo ético e Kant e de Fichte, que suprimia todo apego terrestre e que queria arrancar de seus eixos – metafisicamente – o velho mundo. Somente assim pôde-se tornar ação aquilo que neles era apenas pensamento: pode-se dirigir direto ao fim o que em Schelling, se desliga do caminho do progresso pela estética, e em Hegel pela teoria do Estado, para se tornar no

fim das contas reacionário. Ainda que Marx tenha construído esse processo histórico-filosófico à maneira hegeliana (*List der Idee*)², a saber, que é lutando por seus interesses de classe imediatos que o proletariado chegará a libertar o mundo de todo despotismo, no instante da decisão – e este instante está aí – torna-se impossível não ver a separação entre a árida realidade empírica e a vontade ética, utópica, humana. E ver-se-á, então, se o papel redentor do socialismo consiste realmente em ser o portador ao mesmo tempo submisso e voluntário da redenção do mundo – ou se não passa de um invólucro ideológico de interesses de classe, mas que só se diferenciam de outros interesses de classe por seu conteúdo, e não por sua qualidade ou força moral. (As teorias libertadoras da burguesia do século XVIII proclamaram e acreditaram igualmente na redenção do mundo, por exemplo, pela livre concorrência; mas o fato de que não se tratava senão de uma ideologia construída a partir de interesses de classe, só foi descoberto em plena revolução francesa no momento da decisão.)

Em consequência, se a ordem social sem opressão de classe – a social-democracia pura – fosse apenas uma ideologia, então, não teria sentido falar neste momento de problema moral, de dilema moral. O problema moral aparece precisamente pelo fato de que para a social-democracia, o objetivo final de toda luta, o que decide e coroa tudo, encontra-se misto: o sentido final da luta do proletariado é tornar impossível toda luta de classe posterior, de criar uma ordem social tal que ela não possa aparecer mais, mesmo sob a forma de pensamento. Eis aqui diante de nós, portanto, sedutora por sua proximidade, a realização desse objetivo, e é de sua proximidade que nasce o dilema ético. Ou nós assumirmos a ocasião para realizar esse objetivo, e então nos colocaremos obrigatoriamente sobre o terreno da ditadura, do terror, da opressão de classe, o que nos fará trocar a dominação das classes precedentes pela dominação de classe do proletariado, acreditando que – Satã expulso por Belzebu – esta última dominação de classe, por sua natureza mais cruel e aberta, se destruirá a si mesma e com ela toda dominação de classe, ou, então, nós queremos que a nova ordem social seja realidade por meios novos, pelos meios da verdadeira democracia (porque a verdadeira democracia não existiu até agora senão como exigência, jamais como realidade, mesmo nos Estados mais democráticos). Mas, neste caso arriscamo-nos a concluir que, como a grande maioria da humanidade atualmente ainda não quer a nova ordem social, e nós mesmos não queremos dispor dela contra sua vontade, devemos esperar, propagar a fé na expectativa, até que a própria humanidade, dispondo livremente de si mesma e de sua vontade, faça enfim nascer a ordem de há muito desejada pelos mais conscientes, para os quais era a única solução possível. O dilema ético vem do fato de que cada atitude contém em si mesma a possibilidade de crimes monstruosos e de erros incomensuráveis, mas que deverão ser assumidos com plena consciência e responsabilidade por aqueles que se sintam obrigados a escolher. O perigo que a segunda solução apresenta é perfeitamente claro: trata-se da necessidade – provisória – de colaborar com as classes e os partidos que só estão de acordo com a social-democracia sobre certos objetivos imediatos, mas que permanecem hostis ao seu objetivo final. A tarefa, então, é encontrar uma forma tal que essa colaboração seja possível sem que a pureza do objetivo, sem que o *pathos* de vontade de sua realização percam seja o que for de sua essência. A possibilidade do erro e do perigo encontra-se no fato de que é muito difícil, até impossível, sair do caminho direito e direto da realização de uma convicção qualquer, sem que esse desvio assuma uma certa autonomia, sem que a diminuição intencional do ritmo da realização opere sobre o *pathos* da vontade. O dilema, diante do qual a exigência da democracia coloca o socialismo, é um compromisso externo, que não deve tornar-se um compromisso interno.

A força fascinante do bolchevismo explica-se pela liberação que resulta da supressão desse compromisso. Mas aqueles que são enfeitiçados por essa possibilidade nem sempre são conscientes das responsabilidades que lhes cabem desde logo. Seu dilema torna-se então o

seguinte: pode-se atingir o que é bom por meio de maus procedimentos, pode-se chegar à liberdade pela via da opressão? Pode nascer um mundo novo quando os meios utilizados para realizá-lo não diferem senão tecnicamente dos meios detestados e desprezados, com razão, do mundo antigo? Parece que é possível referir-se, neste caso, à constatação feita pela sociologia marxista, a saber, que todo desenvolvimento da História consistiu na luta dos oprimidos e opressores, e que consistirá sempre nisso; que mesmo a luta do proletariado não pode subtrair-se a essa "lei". Mas se isso fosse verdade – como nós já o dissemos –, então, todo o conteúdo espiritual do socialismo, excetuando a satisfação dos interesses materiais imediatos do proletariado, não seria mais do que ideologia. E isto é impossível. E porque é impossível, não se pode erigir uma constatação de fato histórico em pilar do valor moral, da vontade de construir a nova ordem social. É preciso, então aceitar o mal *enquanto* mal, a opressão *enquanto* opressão, a nova dominação de classe *enquanto* dominação de classe. E é preciso acreditar – e é verdadeiramente *credo quia absurdum est* - que dessa opressão não renasça mais uma vez a luta dos oprimidos pelo poder (pela possibilidade de uma nova opressão), e em consequência de uma série infinita de lutas eternas sem objetivo e sem razão, mas, ao contrário, que a opressão seja ela mesma suprimida.

A escolha entre as duas atitudes é, portanto, como em toda questão de ordem moral, uma questão de fé. Para um observador penetrante, mas talvez superficial nesse caso preciso, se tantos velhos socialistas provados recusam a posição bolchevique, é porque sua fé no socialismo estaria abalada. Confesso que não o creio. Porque não acredito que seja necessário mais fé para o "rude heroísmo" da decisão bolchevique do que para a luta lenta, aparentemente menos heróica, e entretanto carregada de responsabilidades profundas, a luta que trabalha a alma, longa e pedagógica, daquele que assume até o fim a democracia. A primeira atitude aparente de sua convicção imediata, enquanto na segunda, esta pureza é sacrificada conscientemente para que, por meio desse auto-sacrifício, possa-se realizar *a social-democracia em sua totalidade* e não apenas um de seus fragmentos, destacados de seu centro. Repto: o bolchevismo baseia-se sobre a seguinte hipótese metafísica: o bem pode surgir do mal, e é possível, como o diz Razoumikhine em Raskolnikov,³ chegar à verdade mentindo. O autor dessas linhas é incapaz de partilhar essa fé, e isto porque vê um dilema moral insolúvel na raiz mesma da atitude bolchevique, enquanto a democracia - acredita – não exige daqueles que a querem realizar consciente e honestamente até o fim senão uma renúncia sobre-humana e o sacrifício de si. E, entretanto, ainda que esta solução exija uma força sobre-humana, no fundo não é insolúvel, como o é o problema moral posto pelo bolchevismo.

1. Cf. J. Lengyel, *Visegrader Strasse*, Berlim, Dietz Verlag, 1959, p. 140.

* A bolsevismus mint erkölei problema (O bolchevismo como problema moral). *Szabad Gondolat*, dezembro de 1918, reeditado em György Litvan, Laszlo Szucs, *A Szociologia első magyar műhelye. Valogatos*, Budapest, Tarsadalomtydomanyi Könyvtor, Gondolat, 1973, vol. II.

2. Em alemão no texto. Na realidade a expressão de Hegel é *List der Vernunft*, "a astúcia da Razão".

3. *Raskolnikos*: título alemão do romance *Crime e Castigo* de Dostoievsky.